

Superávit maior na berlinda

Economistas se dividem sobre a necessidade de mais esforço fiscal em 2003

Cássia Almeida e Luciana Rodrigues

Editoria de Arte

O aumento do esforço fiscal do governo para conter a alta da dívida pública — hipótese admitida pelo Partido dos Trabalhadores — causa divergência entre economistas. A medida pode ser incluída na primeira revisão do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), no mês que vem. Com a disparada do dólar, este ano a dívida do governo cresceu de 53% para 62% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma das riquezas do país).

Por isso, alguns economistas defendem, para 2003, uma meta de superávit fiscal primário superior aos 3,75% do PIB acertados com o Fundo — o que significaria mais cortes de gastos e maior arrecadação de impostos. Outros argumentam que a tendência é de queda do dólar e, conseqüentemente, de alívio na dívida. Não haveria, portanto, necessidade de um esforço fiscal maior. Todos concordam que há poucas margens de manobra no Orçamento.

Alíquota de IR deve ficar em 27,5%

• Hoje, um quarto da dívida interna é corrigida pelo dólar e há mais US\$ 60 bilhões em endividamento externo. A moeda americana já subiu 68% este ano. Na linha dos que defendem mais esforço fiscal está o especialista em finanças públicas Raul Velloso. Na sua opinião, mantendo as atuais condições — economia praticamente estagnada, dólar valendo R\$ 3,88 e os juros em 21% ao ano — seria necessário um superávit primário de 4% no mínimo:

— O governo não está conse-

guindo estabilizar a relação da dívida com o PIB, que deve ficar em 63% em dezembro, uma alta de dez pontos percentuais este ano.

Na outra ponta, projetando que o dólar voltará até o fim do ano a um patamar de R\$ 3,20, o economista do BBV Banco Fernando Honorato acredita que 3,75% serão suficientes para conter a escalada da dívida:

— Se o dólar cair, a dívida vai junto. Projetamos que a relação entre dívida e PIB chegue ao fim do ano em 61,7%. Nesse patamar, o superávit de 3,75% é suficiente.

O economista Alexandre Teixeira, da MCM Consultores, também

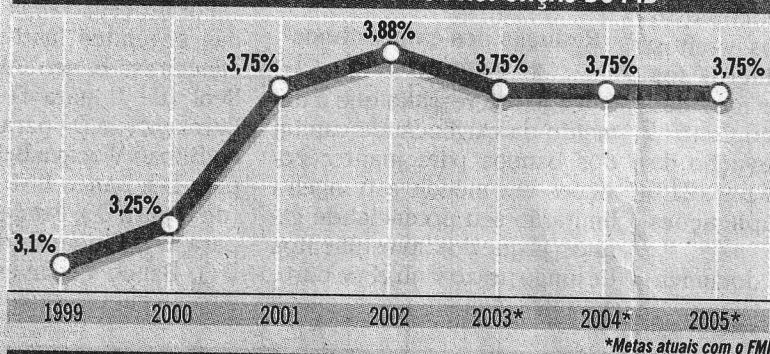
acredita que a cotação do dólar deve recuar:

— O que importa no superávit não é o seu tamanho, mas sim a sua persistência ao longo do tempo, ou seja, a consistência da política econômica — afirma Teixeira.

Ele lembra que a execução do Orçamento em 2003 será mais apertada do que foi este ano. Em primeiro lugar porque, diante da perspectiva de crescimento econômico menor, a arrecadação de impostos deve cair. Além disso, estão previstos o aumento dos servidores públicos e o do salário-mínimo. Ou seja, há pouco espaço para maior esforço fiscal.

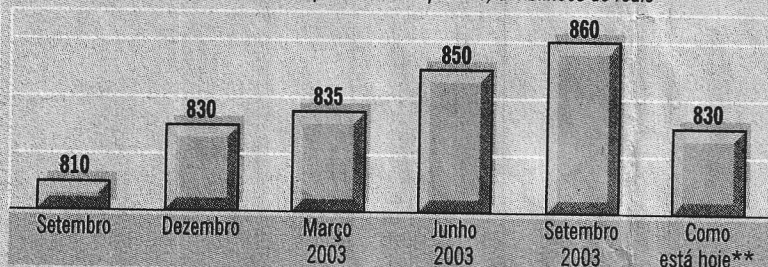
Saiba mais sobre o ajuste das contas do governo

SUPERÁVIT PRIMÁRIO COMO PROPORÇÃO DO PIB



AS METAS INDICATIVAS COM O FMI

Metas para a dívida líquida do setor público, em bilhões de reais



FONTE: Memorando técnico de entendimento com o FMI

**Estimativa

TRADUZINDO O ECONOMÊS

■ **Superávit fiscal primário:** É o resultado das receitas menos despesas do governo, sem contar o pagamento de juros e correção monetária. Hoje, o compromisso do Brasil com o FMI é obter um superávit de 3,75% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todas as riquezas do país) em 2003.

■ **Dívida líquida do setor público:** É a dívida total do governo federal, estados, municípios e empresas estatais. Inclui a dívida em títulos que são negociados no mercado e também os compromissos com fornecedores. Hoje, a dívida líquida do Brasil é de cerca de R\$ 830 bilhões, ou 62% do PIB.

■ **Esforço fiscal:** Aumentar o superávit primário é uma forma de evitar o crescimento da dívida. Quanto maior o superávit, mais dinheiro o governo está economizando para pagar a dívida. Além de controlar a trajetória do endividamento, um superávit maior também pode ser uma estratégia para tentar resgatar a confiança do mercado, mostrando aos credores que o Brasil tem como honrar seus compromissos.

listas dão como certa também a manutenção da alíquota adicional de um ponto percentual na Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL).

Para Fernando Honorato, do BBV Banco, outra alternativa seria buscar receitas extras, por meio da renegociação de débitos fiscais que estejam sendo discutidos na Justiça. No ano passado, o governo arrecadou R\$ 10 bilhões dessa forma.

O economista Antonio Licha, professor da UFRJ, lembra que seria um custo enorme para o próximo governo adotar um esforço fiscal maior logo no início do mandato:

— Do ponto de vista político, não há nenhum espaço para cortar gastos com funcionalismo ou salário-mínimo. Aumentar impostos também é politicamente difícil.

PT: ajuste pode vir sem cortes no social

• Antonio Palocci, coordenador do programa de governo do PT, disse ontem que um esforço fiscal maior não significa necessariamente falta de dinheiro para a área social.

— Muitas administrações do PT conseguiram aumentar a arrecadação em até 20%. É lógico que todo esforço fiscal suplementar exige que você arrecade mais ou corte gastos. O que é preciso fazer é administrar melhor a receita e cortar gastos desnecessários — afirmou.

O secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Guardia, reafirmou ontem que é fundamental manter o compromisso com o superávit primário próximo ao atual patamar, por um bom tempo, para garantir a estabilidade da dívida pública.

O economista Fábio Giambiagi, especialista em contas públicas, também acredita que a necessidade ou não de um superávit primário maior dependerá do câmbio. Se for preciso um esforço maior, este deve ser entre 4% e 4,25% do PIB. Nesse caso, uma das alternativas seria manter em 27,5% a alíquota máxima de cobrança de Imposto de Renda na fonte. Estava prevista uma redução para 25%. Esses 2,5 pontos percentuais de diferença significam 0,10% do PIB. Também seria preciso manter o esforço de estados e municípios, responsáveis hoje por um superávit de 0,95% do PIB. No mercado financeiro, os ana-